

Informe

informe@ofluminense.com.br

Pé no freio: o país parando

Por meio de um decreto, assinado nesta quarta-feira (18), o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, determinou o fechamento do comércio na cidade de São Paulo, de forma presencial, para evitar a propagação do coronavírus. A medida terá início na sexta-feira (20) e vale até o dia 5 de abril. Segundo a prefeitura, a medida não vale para farmácias, supermercados, padarias, feiras livres, mercados, lanchonetes, restaurantes, lojas de venda de alimentação para animais e postos de combustível, que terão, no entanto, que intensificar as ações de limpeza, além de disponibilizar álcool gel para os clientes. Eles também terão que manter espaçamento mínimo de um metro entre as mesas para seus clientes.

Shoppings e academias

Shoppings e academias dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo receberam recomendação do governador João Doria para permanecerem fechados até 30 de abril. A meta é que os estabelecimentos estejam fechados a partir de segunda-feira (23). O Estado recomendou que empresários e lojistas concedam férias coletivas a funcionários durante o período de paralisação e evitem demissões.

Grande São Paulo sem ônibus

Sete municípios da Grande São Paulo - Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - concordaram nesta quarta-feira (18) em interromper a circulação de ônibus gradativamente até dia 29, quando o serviço será totalmente interrompido por tempo indeterminado.

Prioridade para coronavírus

O Diário Oficial da União desta quarta-feira (18) publica a Instrução Normativa nº 1.927 que simplifica e agiliza o despacho aduaneiro de mercadorias importadas destinadas ao combate de Covid-19, informou a Receita Federal.

Garantia de abastecimento

"A medida, anunciada anteriormente, visa a manter um fluxo rápido de abastecimento de bens, mercadorias e matérias-primas destinadas ao combate da pandemia e a evitar gargalos nos recintos aduaneiros", diz a Receita.

Aéreas: queda na demanda

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) disse na quarta (18) que as suas associadas já registram, em média, queda de 50% na demanda por voos domésticos e redução de 85% nos internacionais na segunda quinzena de março, ante o mesmo período de 2019.

Maior crise do setor

As companhias Gol e Latam, que fazem parte da Abear, comunicaram nos últimos dias reduções de capacidade e suspensão de vários voos para enfrentar o que a associação classificou como "a maior crise da história da aviação comercial".

STF: sessões quinzenais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta (18) reduzir a frequência de realização de sessões presenciais para evitar aglomerações de pessoas nas dependências da Corte devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Com a decisão, as sessões deixam de ser semanais e passarão a ser realizadas a cada 15 dias. A medida vale para as reuniões do plenário e das duas turmas. Os ministros e servidores vão continuar trabalhando, mas de forma remota, por meio do sistema eletrônico de processos.

R\$ 100 bi para empréstimos

O Banco do Brasil anunciou que dispõe de R\$ 100 bilhões para empréstimos a pessoas físicas, empresas e o agronegócio. Também há recursos para compra de suprimentos e outros investimentos na área de saúde, eficiência energética, infraestrutura e viária, educação e saneamento para prefeituras municipais e governos estaduais.

Crédito pessoal e capital de giro

"Do total, R\$ 24 bilhões são destinados a pessoas físicas, R\$ 48 bilhões são para empresas, R\$ 25 bilhões para o agronegócio e R\$ 3 bilhões para administrações públicas municipais e estaduais. Os recursos irão reforçar as linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro".

Comitê para resolver conflitos

O presidente Jair Bolsonaro e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, anunciaram nesta quarta (18) a criação do Comitê Nacional de Órgãos de Justiça e de Controle para resolver conflitos judiciais envolvendo o combate ao novo coronavírus (COVID-19). O anúncio foi feito durante solenidade no Palácio do Planalto, onde um projeto de lei estabelecendo a medida foi assinado.

Corte radical: BC reduz juros básicos para 3,75%

Diminuição de 0,5 ponto foi maior do que o esperado pelos analistas

Selic é o principal instrumento do Banco Central para controle da inflação

Em meio à crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus, o Banco Central (BC) diminuiu os juros básicos da economia pela sexta vez seguida. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 3,75% ao ano, com corte de 0,5 ponto percentual.

A decisão surpreendeu os analistas financeiros. Segundo a pesquisa Focus do BC, a maior parte dos agentes econômicos esperava a redução dos juros básicos para 4% ao ano nesta reunião e um corte adicional, para 3,75%, antes do fim de 2020.

A decisão do Federal Reserve - Banco Central norte-americano - e dos principais bancos centrais do planeta, que reduziram juros nas maiores economias mundiais nos últimos dias, abriu espaço para a redução maior que o esperado. Nos Estados Unidos, os juros básicos foram zerados na noite de domingo (15), para baratear o crédito na maior economia do planeta em meio à ameaça de recessão econômica global.

Com a decisão desta quarta (18), a Selic está no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central,

em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018, só voltando a ser reduzida em julho de 2019.

Inflação - A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos 12 meses terminados em fevereiro, o indicador fechou em 4,01%, o maior resultado anual desde 2016. A inflação, que tinha subido no fim do ano passado por causa da alta da carne e do dólar, agora

deve cair mais que o previsto por causa das interrupções da produção e do consumo provocadas pela Covid-19.

Para 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu meta de inflação de 4%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,5% neste ano nem ficar abaixo de 2,5%. A meta para 2021 foi fixada em 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estima que o IPCA continuará abaixo de 4% nos próximos anos, atingindo 3,5% em 2020 e 3,4% em 2021 e 2022. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,1%, mas as estimativas deverão continuar a cair nos próximos levantamentos.

Crédito mais barato - A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo em um cenário de

baixa atividade econômica. No último Relatório de Inflação, o BC projetava expansão da economia de 2,2% para este ano. No entanto, a previsão tinha sido feita antes do agravamento da crise provocada pelo coronavírus.

O mercado já projeta crescimento mais baixo. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem crescimento de 1,68% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2020.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. ■

Presidente do Senado e dois ministros estão com o vírus

Davi Alcolumbre, Augusto Heleno e Bento Albuquerque testaram positivo

Exame feito pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, deu positivo para o novo coronavírus. A amostra foi colhida na terça-feira (17) e o resultado saiu nesta quarta (18), segundo informou a assessoria de imprensa da Presidência do Senado.

Esse é o segundo exame a que o presidente do Congresso se submeteu. O primeiro, realizado semana passada, havia dado negativo.

Segundo a assessoria, Alcolumbre não apresenta sintomas severos. "Davi Alcolumbre, no entanto, está bem, sem sintomas severos, salvo alguma indisposição, e segue em isolamento domiciliar, conforme determina o protocolo de conduta do Ministério da Saúde e a OMS", disse a assessoria, em nota.

Ministros militares - O presidente Jair Bolsonaro justificou, nesta quarta-feira (18), o uso de máscaras na entrevista coletiva que concedeu à imprensa junto com seu estafe de Governo. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)



Davi Alcolumbre preside o Senado



Ministro do GSI, Augusto Heleno



Bento Albuquerque, Minas e Energia

também testaram positivo para o vírus.

"Por que estamos usando máscaras agora? Além do general Heleno, também tivemos positivo o teste do ministro das Minas e Energia, o almirante Bento. Então, obviamente, o cuidado tem que ser redobrado", disse o presidente, ao lado de oito ministros, em coletiva de imprensa para tratar das ações contra a pandemia do Covid-19, no Palácio do Planalto.

Bento Albuquerque, de 61 anos, e Augusto Heleno, com 72, por causa da idade, estão dentro do grupo de risco da doença. Os idosos e pacientes com doenças crônicas fazem parte do grupo que mais causa preocupação com a pandemia de Covid-19. A baixa imunidade os deixa mais vulneráveis à ação do coronavírus e a complicações decorrentes dele.

Os dois ministros integram a comitiva do presidente Jair Bolsonaro que viajou aos Esta-

dos Unidos no início do mês. Bolsonaro, familiares e auxiliares que o acompanharam passaram a ser monitorados depois da confirmação de que o secretário de Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, foi diagnosticado com o vírus. Ao menos 16 pessoas da comitiva já testaram positivo para Covid-19.

Já o exame do ministro da Defesa, Fernando Azevedo, também testado pela segunda vez, deu negativo. Assim como o do presidente Jair Bolsonaro. ■

Minha Casa: imóveis vazios poderão servir de abrigo

Destinação pode ser para pacientes que precisem ficar isolados

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou nesta quarta (18) que imóveis do programa habitacional Minha Casa Minha Vida ainda desocupados serão reservados para abrigar pacientes que precisem ficar isolados por causa do novo coronavírus. O anúncio foi feito durante coletiva de imprensa do presidente da República, Jair Bolsonaro, e oito de seus ministros.

"Fomos instados a colocar à disposição, para eventualidades, unidades habitacionais

do Minha Casa Minha Vida, se precisar deixar pessoas em quarentena fora da estrutura dos hospitais", explicou o ministro. O objetivo das autoridades é evitar a superlotação de hospitais e unidades de saúde, caso o número de pessoas infectadas seja muito grande.

Além disso, a pasta colocou à disposição do Ministério da Saúde o sistema de envio de mensagens de celular (SMS) e via TV digital utilizado pela Defesa Civil para alertar a população em casos de catástrofes.

A ideia é que sejam enviadas mensagens com orientações sanitárias para conter a propagação do vírus.

"São 26 milhões de usuários cadastrados em todo o Brasil, que serão municiados com informações do Ministério da Saúde, em relação ao tema em questão, inclusive com orientações profiláticas, que vão permitir que a população possa ser parametrizada em relação às principais ações que possam ser exercidas para evitar a propagação da doença", disse Marinho. ■

Socorro às aéreas

O governo também está preocupado com as companhias aéreas. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas citou as medidas que foram adotadas, entre elas a postergação do recolhimento de tarifas de navegação aérea e do pagamento das outorgas aeroportuárias, que são as parcelas pagas ao governo na privatização dos aeroportos. Outra medida é a prorrogação das obrigações de reembolso de passagens em dinheiro. ■